

Direito

Análise da atuação do STF na pandemia de covid 19 no Brasil: ativismo judicial ou guarda da Constituição?

Herbert Oliveira - 6º módulo de Direito, UFLA, iniciação científica voluntária.

Leticia Garcia Ribeiro Dyniewicz - Orientadora DIR, UFLA. - Orientador(a)

Resumo

A atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) durante a pandemia da COVID-19 teve um impacto significativo na relação entre os poderes e na definição dos limites da judicialização da política no Brasil. O presente estudo teve como objetivo analisar as decisões proferidas pelo STF nesse período, investigando se sua atuação representou um mecanismo de contenção aos avanços autoritários do governo federal e uma garantia dos direitos fundamentais, ou se configurou um caso de ativismo judicial que extrapolou sua competência constitucional. Para responder a essa questão, a pesquisa indagou de que maneira as decisões do STF influenciaram a dinâmica institucional e a separação de poderes no país. A metodologia adotada baseou-se em uma análise documental das decisões do STF entre março de 2020 e dezembro de 2021, priorizando as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) e Ações Diretas de Inconstitucionalidade por Omissão (ADOs) julgadas no contexto da pandemia. Além disso, foi realizada uma revisão bibliográfica em artigos acadêmicos que discutem o papel da Corte no enfrentamento da crise sanitária. Os principais achados indicam que o STF teve uma participação decisiva na preservação do federalismo brasileiro, garantindo a autonomia dos estados e municípios para adoção de medidas sanitárias, mesmo diante da resistência do governo federal. A Corte também impediu retrocessos no acesso à informação e na proteção de grupos vulneráveis, determinando a transparência dos dados epidemiológicos e a adoção de medidas de proteção para povos indígenas. No entanto, o estudo apontou que a prevalência de decisões monocráticas e a concentração de poder em ministros individuais geraram questionamentos sobre a colegialidade do tribunal e a previsibilidade de suas decisões. Além disso, a judicialização excessiva das políticas públicas e a substituição de decisões típicas do Executivo e do Legislativo pelo Judiciário reforçaram o debate sobre os limites do ativismo judicial. Dessa forma, conclui-se que a atuação do STF na pandemia consolidou seu papel como garantidor da ordem constitucional e dos direitos fundamentais, mas também revelou os desafios impostos pela judicialização da política e pela ampliação de sua influência no processo decisório nacional. O estudo contribui para reflexões sobre o equilíbrio entre os poderes, especialmente em contextos de crise institucional.

Palavras-Chave: Supremo Tribunal Federal, Ativismo judicial, Controle de constitucionalidade.

Link do pitch: <https://youtu.be/bVZGJQevq1M>